

11/05/2004

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 377.225-2 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO

RELATOR PARA O : MIN. CARLOS BRITTO

ACÓRDÃO

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL - IPERGS

ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E
OUTRO(A/S)

AGRAVADO(A/S) : DAISY MACIEL

ADVOGADO(A/S) : MARCUS TAVARES MEIRA E OUTRO(A/S)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO
INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.672/82. PROVENTOS DA INATIVIDADE E
PENSÕES. ASSISTÊNCIA MÉDICA DIFERENCIADA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA
SOMENTE ATÉ O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98.
PRECEDENTES.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 367.094-
AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, assentou a ilegitimidade
da cobrança da contribuição previdenciária de 2% (dois por cento),
após o advento da Emenda Constitucional nº 20/98.

A natureza de assistência médica diferenciada não
viabiliza a cobrança da mencionada contribuição após a edição da
Emenda Constitucional nº 20/98 (Precedente: RE 357.846-AgR, Relator
o Ministro Joaquim Barbosa).

Agravo regimental provido para, de logo, dar provimento
ao recurso extraordinário.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os
Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a
Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata
do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em



dar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, e, de logo, ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Ministro Carlos Ayres Britto. Vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator, que lhe negava provimento.

Brasília, 18 de maio de 2004.



CARLOS AYRES BRITTO ----- RELATOR P/O ACÓRDÃO

11/05/2004

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 377.225-2 RIO GRANDE DO SUL**RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO****RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. CARLOS BRITTO****AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS****ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)****ADVOGADO(A/S) : DAISY MACIEL****ADVOGADO(A/S) : MARCUS TAVARES MEIRA E OUTRO(A/S)****R E L A T Ó R I O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O ministro Maurício Corrêa, a quem sucedi na relatoria deste processo, proferiu decisão do seguinte teor (folhas 143 e 144):

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul declarou a constitucionalidade da cobrança da contribuição previdenciária de 2% descontada pela autarquia, ora recorrida, instituída pela Lei 7672/82, em seu artigo 42, letra "o".

2. Daí o recurso extraordinário fundamentado no artigo 102, III, "a" da Constituição Federal, apontando como violado o artigo 149, parágrafo único da mesma Carta.

3. Alega a recorrente que a Constituição não preceitua a cobrança ou dedução de contribuição previdenciária de inativos e pensionistas, mas apenas de servidores para o custeio do sistema de previdência e assistência correspondente.

4. Em hipóteses semelhantes à presente, em diversos precedentes (AI 368056, DJU de 18.10.2002; AI 347473, DJU de 13.08.2002; ADI 2158, DJU de 01.09.2000, dentre outros), nos quais os Tribunais de origem concederam mandados de segurança para afastar a incidência da contribuição previdenciária nos proventos de servidores inativos, esta Corte, observando que propostas no mesmo sentido foram derrotadas na Câmara dos Deputados, proferiu entendimento segundo o qual o artigo 195, §4º da Constituição Federal não legitima a instituição de contribuições sociais sobre fontes que a própria Carta Federal tornara imunes à incidência delas. Nesse sentido é a seguinte ementa:

EMENTA: I. Contribuição previdenciária: incidência sobre proventos da inatividade e pensões de servidores públicos (L. est. 12.398/98 do Paraná): densa plausibilidade da arguição da sua inconstitucionalidade, sob a EC 20/98, já afirmada pelo tribunal (ADnMC 2.010, 29.9.99).

1. Reservado para outra oportunidade o exame mais detido de outros argumentos, é inequívoca, ao menos, a plausibilidade da arguição de inconstitucionalidade da norma local questionada,

RE 377.225-AgR / RS

derivada da combinação, na redação da EC 20/98, do novo art. 40, § 12, com o art. 195, II, da Constituição Federal, e reforçada pela análise do processo legislativo da recente reforma previdenciária, no qual reiteradamente derrotada, na Câmara dos Deputados, a proposta de sujeição de aposentados e pensionistas do setor público à contribuição previdenciária.

2. O art. 195, § 4º, parece não legitimar a instituição de contribuições sociais sobre fontes que a Constituição mesma tornara imunes à incidência delas; de qualquer sorte, se o autorizasse, no mínimo, sua criação só se poderia fazer por lei complementar.

3. Aplica-se aos Estados e Municípios a afirmação da plausibilidade da arguição questionada: análise e evolução do problema.

Precedentes.

(ADI 2189, DJU de 09.06.2000).

Ante o exposto, considerando os precedentes citados, dou provimento ao recurso com base no artigo 557, § 1º-A do CPC. Declaro invertidos os ônus da sucumbência. Intime-se.

Daí o agravo inominado de folha 147 a 155, interposto pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. O agravante alega, em síntese, que os precedentes citados no ato impugnado e que embasaram a conclusão não se amoldam à espécie, uma vez que a contribuição de 2% prevista no artigo 42, alínea "o", da Lei estadual nº 7.672/82 não tem natureza previdenciária, destinando-se, unicamente, a custear a assistência médica diferenciada oferecida às pensionistas. Argumenta que a vedação para a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas teve origem com a Emenda Constitucional nº 20/98, havendo sido proposta a demanda em questão em novembro de 1999, com pedido retroativo a cinco anos. Além disso, os precedentes referidos estariam a concernir a contribuições previdenciárias e a servidores inativos dos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro, distinguindo-se

RE 377.225-AgrR / RS

as situações. Sustenta que, antes da vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, não estavam os inativos e pensionistas imunes nem mesmo à contribuição previdenciária e que a isonomia existente entre servidores ativos alcança tanto a paridade dos ganhos quanto a responsabilidade contributiva. Ressalta a impossibilidade de manter a prestação da assistência médica sem a respectiva fonte de custeio e a "incoerência da pretendida devolução de valores, arrecadados a título de participação na assistência médica, uma vez que o atendimento médico diferenciado - repita-se, sofisticado e muito caro - tem sido prestado sem solução de continuidade ao longo dos anos" (folha 155).

A agravada, a par de instada a manifestar-se sobre o agravo, permaneceu silente (certidão de folha 159).

É o relatório.



V O T O

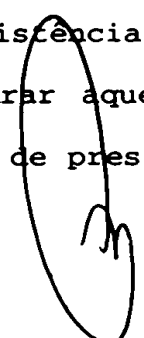
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na interposição deste agravo foram atendidos os pressupostos de recorribilidade que lhe são inerentes. A peça, subscrita por procuradora do Estado, restou protocolada no prazo dobrado a que tem jus o agravante.

Observe-se que a Constituição Federal é explícita ao autorizar, no § 1º do artigo 149, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social. Tal autorização ficou limitada à cobrança aos servidores, não alcançando, por via de consequência, aposentados e pensionistas, mesmo porque o que previsto diz respeito não apenas à assistência social, mas também à previdência, o que engloba a aposentadoria. Essa contribuição não guarda sintonia com a situação jurídica de inativos e pensionistas. Vale dizer que se teria uma cobrança distanciada do próprio sistema constitucional, no que estendida a quem já não mais conta com a qualificação de servidor público e sem o objetivo almejado no texto - cobrir sistema de previdência. Daí a improcedência do inconformismo, pouco adiantando a argumentação sobre a circunstância de tratar-se de período anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, no que introduziu, no § 2º do artigo 195 da Carta Federal, regra reveladora da não-incidência da contribuição sobre aposentadoria e pensão,

RE 377.225-Agr / RS

considerado o trabalhador. A norma da Emenda nº 20 mostrou-se afinada com o alcance do § 1º do artigo 149 da Constituição Federal, notando-se que o artigo 40, § 12, direciona à aplicação, aos servidores públicos, no que couber, do regime geral de previdência social. Em síntese, quer relativamente ao período posterior à Emenda Constitucional nº 20, quer ao anterior, ante o disposto no artigo 149, § 1º, do Diploma Máximo, constata-se a ausência de amparo constitucional à cobrança de contribuição social de inativos e pensionistas. Descabe potencializar o objeto da contribuição que, segundo o recorrente, seria não proporcionar aposentadoria futura, mas a assistência, porquanto esta também está mencionada no texto da Carta da República, no que autorizada a criação da contribuição apenas quanto ao servidor público e este, inegavelmente, é aquele que ainda mantém relação jurídica com a Administração.

É de extravagância ímpar, beirando o delírio, cogitar-se de contribuição de inativo e de pensionista para uma aposentadoria futura. Daí a razão de ser de o § 1º do artigo 149 da Constituição Federal aludir a servidor público, silenciando no tocante a inativos e pensionistas. Portanto, presente o caráter linear da cobertura a alcançar a previdência e a assistência social, conjuntamente, como servidor público só pode enquadrar aquele que, repita-se, permanece vinculado, por relação jurídica de prestação de serviços, à Administração Pública.



11/05/2004

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 377.225-2 RIO GRANDE DO SUL

V O T O

O SR. MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

Senhor Presidente, na linha do voto que proferi no RE 399.722-AgR, dou provimento ao agravo e, de logo, ao recurso extraordinário.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 377.225-2

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. CARLOS BRITTO

AGTE.(S): INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
IPEPGS

ADV.(A/S): PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): DAISY MACIEL

ADV.(A/S): MARCUS TAVARES MEIRA E OUTRO(A/S)

Decisão: Por maioria de votos, a Turma deu provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário. Vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator, que lhe negava provimento. Relator para o acórdão o Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Joaquim Barbosa. 1ª Turma, 11.05.2004.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso e Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador